

O TRAÇO DE ANIMACIDADE

Aleria Cavalcante Lage

Universidade Federal do Rio de Janeiro

RESUMO: Este é um estudo sobre animacidade, na perspectiva da Gramática Gerativa. Diante de evidências de que a animacidade está, em algumas línguas, envolvida e expressa sintaticamente através do sistema caso-concordância, aqui se pensa sobre a possibilidade de ser a animacidade um traço formal, incluído no léxico e já interferindo nas operações sintáticas desde o início das computações que se venham fazer com o sintagma determinante. Por outro lado, como é inegável o impacto que a informação sobre animacidade causa na semântica, uma segunda hipótese que aqui se entretém é a de que exista interpretação de algum tipo de traço derivado da animacidade também em Forma Lógica.

PALAVRAS-CHAVE: animacidade; concordância verbal; Caso; traço formal; traço semântico.

ABSTRACT: This study is about animacy, under the generative framework. Granted the evidence that animacy in some languages is involved and syntactically expressed through the case-agreement system, here the hypothesis is that animacy is a formal feature inserted in the lexicon, causing an early impact onto the syntactic operations performed with the DP. Moreover, since information about animacy also causes an irrefutable impact on sentence semantics, a second hypothesis launched here is that besides the formal feature, there is a semantic feature related to animacy that is interpreted at the Logical Form.

KEYWORDS: *animacy; verb agreement; Case; formal feature; semantic feature.*

Introdução

O tratamento tradicional da animacidade nas línguas naturais leva em conta questões ontológicas como a hierarquia homem > animal > planta > objeto. Porém, este tratamento semântico do problema não revela aspectos formais da animacidade expressos em determinadas línguas. Em línguas como o persa e o búlgaro, por exemplo, a animacidade está presente na Flexão e, sendo assim, está incluída na relação de concordância (*Agreement* – Agr), que é sempre promovida por traços formais. Em persa, “sujeitos inanimados no plural aparecem com morfologia de concordância de singular” (Sedighi, 2005, p. 1). Além disso, há línguas, como o russo e o hindi-urdu¹, em que a animacidade está presente nas manifestações morfológicas de Caso e portanto se relaciona diretamente com concordância verbal. Em hindi-urdu, por exemplo, “o dativo é usado para marcar (...) objetos diretos animados” (Bobaljik, 2008, p. 18).

O tema é de grande interesse para o estudo do léxico, como também da arquitetura da linguagem, pois apesar de animacidade parecer ser uma propriedade semântica, portanto interpretada depois da computação dos traços sintáticos, há envolvimento desta propriedade com concordância verbal e com Caso, que são computados antes de *spell-out*.

Este estudo adota o Minimalismo (Chomsky, 1995, 1998, 1999, 2001) como ferramenta de análise para entender o *status* da animacidade nas línguas naturais e mais especificamente como a animacidade enquanto traço se comporta no léxico dos falantes.

Diante destes fatos, o estudo tomará como primeira hipótese de trabalho que a animacidade seja concebida como traço formal, do tipo traço *phi*, [\pm animado], ou seja, um traço que se manifesta no léxico prematuramente, antes ainda de *spell-out*. Sendo um traço *phi*, a animacidade estaria invariavelmente presente como princípio, em todas as línguas, nas operações sintáticas através da relação de concordância verbal e na noção de Caso (caso estrutural). Seguindo a Teoria de Princípios e Parâmetros — P&P (Chomsky, 1981), pode-se

¹ As línguas indo-arianas ou línguas indo-árnicas ou línguas indicas constituem um subgrupo do ramo das línguas indo-iranianas, pertencentes às línguas indo-europeias. São 209 línguas indo-arianas (900 milhões de falantes). As principais são: o hindustâni ou hindi-urdu (540 milhões de falantes), sendo o hindi (ou híndi ou indi) a língua oficial da Índia, falada por 70% da população, e o urdu, a língua nacional do Paquistão e um dos 24 idiomas da Índia, formado sob influência turca, persa e árabe, no sul da Ásia; o bengali (200 milhões); o panjabi (100 milhões); o marata (70 milhões); o guzerate (45 milhões); o nepali (40 milhões); o oriya (30 milhões); e o sindi (20 milhões).

dizer que a realização deste princípio como um morfema aberto seria portanto parametrizada nas línguas naturais.

Em português, por exemplo, não se tem um morfema aberto de animacidade, pois não há manifestação morfológica relativa à animacidade na concordância e nem em Caso — em português nem existe caso morfológico.

Por outro lado, é possível avaliar o impacto que aspectos semânticos de animacidade trazem para a atribuição de papel temático. Por exemplo, animacidade e agentividade têm clara interrelação. Portanto, a segunda hipótese de trabalho é que haja ainda traço de animacidade interpretado pela Forma Lógica, ou seja, haveria computações envolvendo animacidade antes e depois de *spell-out*.

1. Léxico, Princípios e Parâmetros (P&P) e arquitetura da linguagem

Um conceito primordial introduzido pela Teoria da Gramática Gerativa a respeito da Faculdade de Linguagem é que apesar de as línguas naturais pareçerem, em primeira análise, muito diferentes entre si, há muito mais semelhanças do que diferenças entre elas (Chomsky, 1957, 1965). A teoria propõe que isso ocorre porque os bebês trazem ao nascimento um substrato biológico para linguagem, já definido pela espécie através do código genético. Assim, todos os bebês partem de um ponto em comum: uma Gramática Universal, que fornece ao sistema linguístico que ali está em formação uma parte fixa, igual a todas as línguas (*princípios*), e uma parte variável, um conjunto reduzido de opções (*parâmetros*), cujos valores têm de ser retirados da experiência linguística que os bebês vivenciam. Portanto, nada mais há além de um pequeno número de variantes que possuem as mesmas bases interlinguísticas, ou seja, parâmetros que são estabelecidos sobre princípios comuns a todas as línguas. Isso resumiria a Teoria de Princípios e Parâmetros e daria conta da variação entre as línguas naturais como sendo implementações específicas ou, tecnicamente, fixação de valores paramétricos dos mesmos princípios universais comuns a nossa espécie.

A versão mais recente da Gramática Gerativa, o Programa Minimalista ou Minimalismo, localiza as escolhas paramétricas no léxico. Segundo esta visão, o *léxico mental* traria informação detalhada, em forma de traços, sobre as propriedades *formais*, *semânticas* e *fonológicas* das palavras da língua. A variedade de estruturas sintáticas nas mais de 6.000 línguas naturais se deve aos traços no léxico que são parametricamente escolhidos durante a aquisição.

O *Programa Minimalista* defende a hipótese de que a *Computação em Linguagem Humana* (C_{HL}), antes identificada como competência linguística, fun-

ciona a partir de um sistema computacional perfeito, não redundante e mínimo. A *Faculdade da Linguagem* é definida como sendo composta por um sistema cognitivo (de competência) e dois sistemas de desempenho, o articulatório-perceptual (A-P) e o conceitual-intencional (C-I). A competência é renomeada como Faculdade da Linguagem Estreita (*narrow* – FLN), e o desempenho como Faculdade da Linguagem Ampla (*broad* – FLB).

O modelo de arquitetura de linguagem do Programa Minimalista assume que o componente sintático gera uma estrutura sintática, isto é, uma representação abstrata. A operação *selecionar* (*select*) tira os *traços formais* — também chamados de *estruturais* ou *sintáticos* — do léxico e os coloca na sintaxe, onde são computados. A computação promove as operações de *concatenar* (*merge*) e *mover* (*move*), que estabelecem os licenciamentos de papel temático e Caso. Ao final da sintaxe, depois de *spell-out*, que separa os traços fonológicos dos semânticos, os traços fonológicos são lidos pela interface Forma Fonológica (*PF* – *Phonological Form*), e os traços semânticos são interpretados pela interface Forma Lógica (*LF* – *Logical Form*). Ou seja, depois de *spell-out*, a estrutura sintática é interpretada nos componentes da PF e da LF, que fazem interface respectivamente com os sistemas de desempenho articulatório-perceptual e conceitual-intencional.

O léxico mental é portanto altamente estruturado do ponto de vista de estrutura interna das entradas lexicais formadas por traços. Os traços formais são não interpretáveis, tais como categorizadores (como N, V, Adj, T, C), traços de quantificadores (QU-) e os traços *phi*, que promovem a relação de concordância entre o predicado e o argumento e informam pessoa, gênero, número e, como veremos, animacidade. Os traços fonológicos são também não interpretáveis e apresentam propriedades fonéticas ativas, que são necessárias na distinção entre as palavras no léxico. Assim, os parâmetros atuam primordialmente nos traços não interpretáveis. No caso da animacidade, o parâmetros atuaria indicando quais as línguas teriam morfema aberto para este traço e quais trabalhariam com morfema zero de animacidade.

Há também os traços semânticos. Estes são interpretáveis e portanto não parametrizáveis. Eles são objetos legítimos para serem enviados para o componente semântico, a LF. De acordo com a hipótese deste estudo, haveria também um traço de animacidade interpretável que deve ser lido em LF. Isto poderia parecer pouco usual, porém, ao examinar o critério de atribuição de papel temático que no Minimalismo se dá exclusivamente em LF, pode-se entender que para haver visibilidade do DP é prevista uma interrelação bastante estreita entre a atribuição de caso e de papel temático. “Critério de Visibilidade: Para ser visível para atribuição de papel temático em LF, um objeto legítimo para

LF tem que ter tido Caso checado na sintaxe” (Adaptado de Chomsky 1981, p. 82). Logo, a animacidade estaria pontuando esta interrelação.

2. Concordância verbal

Os traços formais participam de operações sintáticas. Sendo assim, para Chomsky (2001), a *concordância* é um reflexo de relações de licenciamento (*core licensing*), isto é, checagem de traços formais, na Sintaxe Estreita (*narrow syntax*). Assim, por exemplo em português, que é uma língua em que a concordância verbal se estabelece com o sujeito, os traços formais do tipo *phi* do DP sujeito são checados no momento da sintaxe.

Moravcsik (1974, 1978) propõe uma hierarquia na concordância verbal, e que esta hierarquia seria delimitada por *função gramatical*: sujeito > objeto direto > objeto indireto > advérbio. Ou seja, considerando o conjunto de línguas naturais, se há Concordância, o verbo concorda com o sujeito; se a Concordância ocorre com outro elemento além do sujeito, este elemento é o objeto direto; e assim por diante.

Gilligan (1987), sem tratar de advérbios, apresenta uma pesquisa com 100 línguas geneticamente diferentes e verifica que há: 23 línguas sem concordância; 20 línguas com concordância somente com sujeito; 31 línguas com concordância com sujeito e com objeto direto; 25 línguas com concordância com sujeito, com objeto direto e com objeto indireto; e uma língua com concordância com sujeito e com objeto indireto.

A concordância é considerada por Bobaljik (2008) ser sensível ao *output* dos algoritmos de Caso Morfológico. Para ele, concordância segue a pista de caso morfológico — “*agreement tracks m-case*” (Bobaljik, 2008, p. 307), ou seja, caso morfológico delineia uma hierarquia de acessibilidade à Concordância: “exatamente onde a correspondência se quebra, é o Caso e não a função gramatical que determina a acessibilidade para concordância (Bobaljik, 2008, p. 311)². Contra Bobaljik (2008), aqui se considera que concordância é uma relação que se estabelece a partir da checagem dos traços *phi*, que é uma operação sintática e portanto acontece na Sintaxe Estreita.

Mas afinal, se concordância, que contém os traços *phi*, e portanto o traço de animacidade, parece estar envolvida em caso morfológico, passamos a analisar as implicações existentes entre caso estrutural e caso morfológico.

² “*exactly where the correspondence breaks down, it is case and not grammatical function that determines accessibility for agreement*” (Bobaljik, 2008, p. 311).

3. Caso estrutural e caso morfológico

De acordo com a Gramática Gerativa, o Caso ou caso estrutural é um universal linguístico, uma categoria gramatical em todas as línguas naturais baseada em um princípio universal. Isso quer dizer que há uma noção abstrata de Caso presente em todas as línguas, que determina a Função Gramatical (GF) dos DPs na frase e, através disso, dá visibilidade ao papel temático de cada um, possibilitando a derivação da sentença. Como todos os DPs precisam ter uma, e só uma, GF, isso significa que todos os DPs recebem Caso, e só um Caso. O fato de cada DP possuir um Caso e só um Caso resume a Teoria do Caso ou Filtro de Caso (Chomsky, 1981, 1995), que é uma das condições, além de possuir um papel temático, para que o DP seja licenciado, continue na derivação e seja interpretado.

Por exemplo, o caso nominativo marca mais comumente o DP argumento que tem papel temático de agente ou experienciador. E o caso acusativo, o DP argumento que tem papel temático de tema ou paciente. A marcação canônica de Caso se dá quando o DP recebe Caso diretamente do domínio a que pertence. Mas também há situações de Marcação Excepcional de Caso (*Exceptional Case Marking* – ECM)³, em que os DPs recebem Caso de outro domínio que não o seu.

O Caso pode ser morfológicamente marcado, e esta marcação dá transparência à noção abstrata de Caso. Isso acontece em várias línguas, como no alemão:

3 Considere um tipo de construção, no infinitivo, em sentenças em latim e inglês:

(1) Maria [hominem_{ACUSATIVO} edere_{INFINITIVO IMPESSOAL} malum_{ACUSATIVO}] vidit

(2) Mary saw [the man_{ACUSATIVO} eat_{INFINITIVO IMPESSOAL} an apple_{ACUSATIVO}]

O DP argumento externo do verbo *comer*, no infinitivo impessoal dessas línguas, recebe caso acusativo a partir do verbo *ver*, presente em outro domínio, já que a falta da flexão no seu domínio impossibilita a atribuição de caso nominativo ao DP mencionado.

Pode-se notar nessa situação que ECM está diretamente relacionada à presença do infinitivo impessoal, visto que se houvesse flexão na forma verbal podia acontecer a marcação canônica.

No caso do português, diante também de construção de infinitivo, o fato de o infinitivo ser pessoal possibilita a atribuição do caso nominativo ao DP argumento externo através da flexão de número e pessoa, ainda que esta esteja contida em um morfema vazio, como é o caso do singular.

(3) Maria viu [o homem_{NOMINATIVO} comer_{INFINITIVO PESSOAL} uma maçã_{ACUSATIVO}]

(4) Maria viu [os homens_{ACUSATIVO} comerem_{INFINITIVO PESSOAL} uma maçã_{ACUSATIVO}]

- (1) Der Vater_{NOMINATIVO} liebt den Sohn_{ACUSATIVO}
 O pai ama o filho

Há línguas que não se caracterizam por marcação morfológica de Caso, línguas em que há apenas marcas morfológicas residuais de Caso, como se observa em português em algumas formas pronominais:

- (2) João *me* chamou

Não ter caso morfológico característico, que traduz um dos parâmetros relativos ao princípio tratado, não implica em que a categoria Caso não esteja presente na língua. Estas línguas que não apresentam tipicamente marcação morfológica de Caso normalmente fazem uso da padronização ou enrijecimento da ordem dos constituintes da frase. Sujeito-Verbo-Objeto (S-V-O) é a ordem *default* dos constituintes da frase no português, o que leva à seguinte forma de marcação de Caso. O verbo atribui caso acusativo ao DP que é seu complemento e argumento interno, normalmente posto imediatamente à sua direita, e a Flexão atribui caso nominativo ao DP argumento externo, à sua esquerda. É basicamente dessa maneira que se dá a marcação canônica de Caso no português.

Se compararmos o português com o latim, por exemplo, verificamos que no latim os mesmos casos são atribuídos aos DPs correspondentes, mas a ordem padrão dos constituintes da frase não segue a mesma rigidez da ordem em português, conforme podemos ver nos exemplos a seguir:

- (3) Maria_{NOMINATIVO} viu o homem_{ACUSATIVO}
 (4) Maria_{NOMINATIVO} hominem_{ACUSATIVO} vidit
 (4) Maria_{NOMINATIVO} vidit hominem_{ACUSATIVO}

Vistas as diferenças entre caso estrutural e caso morfológico, como se comportam nas línguas, a sua relação com a ordem canônica dos constituintes na frase e as condições de licenciamento de um DP, focalizamos agora caso morfológico, sua relação com função gramatical e suas implicações com o fenômeno de concordância.

4. Caso morfológico, função gramatical e concordância

Segundo Bobaljik (2008), o Caso Morfológico (*m-case*) seria uma operação no componente morfológico/ Morfologia. Portanto, trata-se de uma operação

pós-sintática, isto é, que ocorre depois da Sintaxe Estreita (*Narrow Syntax*). Assim, o sistema abstrato de licenciamento sintático, ou seja, de distribuição sintática de DPs, também chamado de Caso Estrutural, é distinto dos algoritmos que atribuem Caso Morfológico.

Há várias propostas para a caracterização dos algoritmos de Caso Morfológico (Zaenen, Maling, Thráinsson, 1985; Yip, Maling, Jackendoff, 1987; Marantz, 1991; McFadden, 2004; *apud* Bobaljik, 2008). Mas elas têm uma propriedade comum:

“As regras de atribuição de Caso Morfológico precisam fazer referência à estrutura sintática na descrição estrutural destas regras (*input*), mas elas não produzem mudança na representação sintática (*output*). Nenhuma regra da Sintaxe faz referência ao *output* das regras de atribuição de Caso Morfológico” (Bobaljik, 2008, p. 300).

O lugar das regras de atribuição de Caso Morfológico é então o Componente Morfológico, uma parte da interpretação da Forma Fonológica da estrutura sintática (Marantz, 1991). Caso Morfológico dá a pista de GF. Mas há línguas em que Caso e GF divergem. Então, Caso Morfológico, e não GF, define a acessibilidade para a Concordância (Agr). “Quando Caso e GF divergem, é o Caso Morfológico, e não GF, que define a acessibilidade à Concordância.” (Bobaljik, 2008, p. 303) O controlador (*controller*) de Concordância é determinado por Caso Morfológico e não por GF. A Concordância, portanto, é sempre dependente de acessibilidade definida em termos de Caso Morfológico.

Ainda segundo Bobaljik (2008), se Caso Morfológico é uma operação pós-sintática e se há uma relação entre atribuição de Caso Morfológico e escolha de controlador de Concordância, Concordância é também uma operação pós-sintática, depois da Sintaxe Estreita.

Mas Concordância é sensível ao *output* dos algoritmos de Caso Morfológico. “Concordância segue a pista de Caso Morfológico (Bobaljik, 2008, p. 303), ou seja, Caso Morfológico delinea uma hierarquia de acessibilidade de Concordância. “Exatamente onde a correspondência se rompe, é Caso e não GF que determina acessibilidade para Concordância” (Bobaljik, 2008, p. 307).

Chomsky (2001), por sua vez, postula que concordância é um reflexo de relações de licenciamento (*core licensing*), ou seja, checagem de traços, que acontece na Sintaxe Estreita. A noção de atribuição de Caso é formalizada com a concordância. Sendo assim, as noções de Caso e concordância se integram em um sistema.

E o que podemos dizer do traço de animacidade neste sistema de Caso e concordância, em vista da variedade de línguas naturais?

5. Animacidade, caso e concordância

Podemos verificar que a animacidade está presente nas marcas de concordância verbal em várias línguas. Entre estas línguas estão o persa e o búlgaro.

“Em persa padrão, somente sujeitos animados induzem concordância de número no verbo, e sujeitos inanimados no plural aparecem com morfologia de concordância de singular. Isto é mostrado abaixo.

(1) toofan-ha-ye peyapey dehkæde ra [viran kærd-Ø]
 tempestade-pl-prep constante cidade Acus. destruído AuxPass-3sg
 Tempestades constantes destruíram a cidade”

(Sedighi, 2005, p. 1)

Em búlgaro, “na concordância sujeito-verbo, o verbo pode concordar com uma parte ou outra do NP sujeito, por conta de diferentes razões como ordem das palavras, a semântica do NP, animacidade etc. Aqui estão incluídos coletivos, partitivos e alguns nomes próprios.” (Osenova, 2003, p. 666)

Há também línguas, como o russo e o hindi-urdu, em que a animacidade se manifesta em caso morfológico, o qual, por sua vez, está diretamente relacionado com Concordância Verbal. Em russo, as marcas morfológicas envolvendo animacidade decorrem de um fenômeno de sincretismo. “Os nomes e os adjetivos a que são atribuídos o Caso Acusativo na sintaxe tomarão a forma morfológica de genitivo se animados, e nominativo se inanimados (...)” (Rappaport, 2003, p. 2). Em hindi-urdu, “o dativo é usado para marcar experienciadores e alvos (incluindo sujeitos experienciadores), e também é usado para marcar objetos diretos animados ou específicos” (Bobaljik, 2008, p. 18).

A observação de Gilligan (1987) de que há línguas sem concordância e línguas com diferentes tipos de concordância me leva a aventar a hipótese de que há línguas em que não se verificam marcas morfológicas de concordância e línguas em que a relação de concordância se dá não com o verbo e o sujeito, mas com o verbo e o(s) objeto(s), podendo também incluir o sujeito. Portanto acredito que se trata de uma situação de P&P, em que o princípio é a existência de um mecanismo, um módulo de concordância dentro da GU, na Faculdade de Linguagem. Os parâmetros que dizem respeito à concordância seriam, a partir

dos dados de Gilligan (1987): i) concordância sem marcação morfológica; ii) concordância somente com sujeito; iii) concordância com sujeito e com objeto direto; iv) concordância com sujeito, com objeto direto e com objeto indireto; v) concordância com sujeito e com objeto indireto.

Quanto à animacidade, se encontramos línguas em que as marcas morfológicas relativas à animacidade aparecem na Concordância, tais como o persa e o búlgaro, temos que considerar a hipótese de que animacidade não é simplesmente uma propriedade semântica do NP, mas também um traço formal do tipo *phi*, tal como gênero, número e pessoa, pois ele está contido na relação de concordância. Estes são traços que vem do léxico, compondo o item lexical.

Conclusão

Em face do que se averiguou até aqui, parece que os itens lexicais são dotados de um traço formal do tipo *phi* correspondente à animacidade, [\pm animado], que é checado, participando da sintaxe, na atribuição de Caso e na relação de concordância. Portanto, o traço formal de animacidade na concordância vem a ser um universal linguístico, ou seja, um princípio comum a todas as línguas naturais, bem como o traço formal de animacidade no Caso (caso estrutural) parece ser outro princípio, também presente em todas as línguas. Para cada um destes princípios existem dois parâmetros concorrentes, para os quais se estabelece valor positivo ou negativo conforme a língua, sendo fixado, durante o processo de desenvolvimento de linguagem, apenas um destes parâmetros para cada princípio: marcação morfológica do traço formal de animacidade e não marcação morfológica do traço formal de animacidade.

O português, por exemplo, apresenta valor negativo para a marcação morfológica em ambos os princípios aventados. Há línguas em que o parâmetro marcação morfológica na concordância é fixado, como acontece no persa, e línguas em que o parâmetro marcação morfológica no Caso é fixado, como por exemplo, no russo. Também deve haver línguas em que ambos os princípios são parametrizados favoravelmente à marcação morfológica.

Ao mesmo tempo, verifica-se que a visibilidade alcançada por DPs através da marcação de Caso, aberto ou não, implica que estes DPs sejam interpretados em LF, depois de *spell-out*. Portanto, as informações semânticas relativas à animacidade contidas no traço [\pm animado] são interpretadas na Forma Lógica.

A hipótese de que existem dois momentos em que aspectos de animacidade fazem parte ativa de uma derivação parece ser perfeitamente testável. Sendo assim, a partir desta ideia sobre a arquitetura do léxico e seus microcomponentes,

começo a implementar experimentos *on-line* em português, na área de Neurociência da Linguagem, sensíveis aos momentos antes e depois de *spell-out*. Trata-se de um estudo, com a técnica de extração de ERP (*event-related brain potential* — potencial relacionado a evento), para medir a reação eletrocortical relativa a questões que envolvem animacidade.

Referências bibliográficas

- BOBALJIK, J.D. Where's Phi? Agreement as a post-syntactic operation. In: HARBOUR, D.; ADGER, D.; BÉJAR, S. (Eds) *Phi-Theory: Phi features across interfaces and modules*. Oxford: Oxford University Press, 2008, p. 295-328.
- CHOMSKY, N. Beyond explanatory adequacy. Cambridge, Massachusetts: MIT Working Papers in Linguistics, 2001, 28 p. (MIT Occasional Papers in Linguistics, 20)
- _____. Derivation by phase. Cambridge, Massachusetts: MIT Working Papers in Linguistics, 1999, 43 p. (MIT Occasional Papers in Linguistics, 18)
- _____. Minimalist Inquiries: the framework. Cambridge, Massachusetts: MIT Working Papers in Linguistics, 1998. (MIT Occasional Papers in Linguistics, 15). Republished in MARTIN, R.; MICHAELS, D.; URIAGEREKA, J. (Eds.) *Step by step: essays in syntax in honor of Howard Lasnik*. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 2000, p. 89-115.
- _____. *The minimalist program*. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1995, 420 p.
- _____. *Lectures on government and binding: the Pisa lectures*. Dordrecht: Foris, 1981, 371 p. (Studies in Generative Grammar, 9)
- _____. *Aspects of the theory of syntax*. 10.º ed. Cambridge, Massachusetts: The MIT Press, 1965, 251 p.
- _____. *Syntactic structures*. The Hague: Mouton, 1957, 117 p.
- GILLIGAN, G. A cross-linguistic approach to the pro-drop parameter. Ph. D. Dissertation, University of Southern California, Los Angeles, CA, 1987.
- MARANTZ, A. Case and licensing. In: EASTERN STATES CONFERENCE ON LINGUISTICS (ESCOL 91), 8, 1991, Columbus, The Ohio State University, Cornell Linguistics Club. Proceedings... 1991, p. 234-253.
- McFADDEN, T. The position of morphological case in the derivation: a study on the syntax-morphology interface. Ph.D. dissertation, University of Pennsylvania, Philadelphia, 2004.

- MORAVCSIK, E.A. Agreement. In: GREENBERG, J. H. (Ed.) *Universals of human language*. IV, Syntax. Stanford: Stanford University Press, 1978, p. 331-374.
- _____. Object-verb agreement. Working Papers on Language Universals, v. 15, p. 25-140, 1974.
- OSENOVA, P. On subject-verb agreement in Bulgarian. In: KOSTA, P.; BLASZCZAK, J.; FRASEK, J.; GEIST, L.; ZYGIS, M. (Eds.) *Investigations into Formal Linguistics*. Proceedings of the 4th European Conference on Formal Description of Slavic Languages (FDSL IV), Potsdam, 28-30 November, 2001. Frankfurt: Peter Lang, Linguistik International, 2003, p. 661-672.
- RAPPAPORT, G. The Grammatical Role of Animacy in a Formal Model of Slavic Morphology. In: MAGUIRE, R. A.; TIMBERLAKE, A. (Eds.) *American Contributions to the 13th International Congress of Slavists* (Ljubljana, 2003). Bloomington: Slavica, Linguistics, v. 1, 2003, p. 149-166.
- SEDIGHI, A. Animacy: the overlooked feature in Persian. In: ANNUAL CONFERENCE OF THE CANADIAN LINGUISTIC ASSOCIATION (CLA 2004), May 29-31 2004, Winnipeg, University of Manitoba. Proceedings, 2005.
- YIP, M.; MALING, J.; JACKENDOFF, R. Case in Tiers. *Language*, v. 63, n.º 2, p. 217-250, 1987.
- ZAENEN, A.; MALING, J.; THRÁINSSON, H. Case and grammatical functions: The Icelandic passive. *Natural Language and Linguistic Theory*, v. 3, p. 441-483, 1985.